

# A COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO COMO “PORTÃO DE ESCAPE” PARA A CRISE AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

João Carlos Barrozo  
(Universidade Federal de Mato Grosso)

Resumo: Na década de 1950 a maior parte da população brasileira vivia no campo, numa situação de pobreza material e cultural. Os trabalhadores das grandes propriedades, sem direitos trabalhistas, sofriam exploração extrema. Neste período os trabalhadores e camponeses começaram a se organizar, criando associações. Em alguns lugares surgiram conflitos por direitos trabalhistas e pela posse da terra. No final dos anos 50 e ao longo de 60, eclodiram várias revoltas no campo em Capanema no Paraná, Formoso em Goiás, Porecatu no Paraná, Ligas Camponesas em Pernambuco. Em 1963, contrariando a elite agrária, o governo promulgou o Estatuto da Terra. Os grandes proprietários reagiram expulsando colonos, moradores, agregados. A promulgação do Estatuto da Terra, propunha eliminar o latifúndio improdutivo e remembrar os minifúndios. Esta medida atingiu os colonos minifundiários do sul (RS e SC) provocando uma grande migração para Mato Grosso e Rondônia, onde o Governo e empresários privados organizaram dezenas de projetos de colonização. Com estas medidas foi viabilizada a modernização da agricultura no sul, e a ocupação das áreas de fronteira em MT e Rondônia.

Palavras-chave: Crise agrária e agrícola; Migração; Colonização.

Abstract: In the 50's the majority of the Brazilian population used to live in the countryside, facing a material and cultural poverty situation. The large properties' laborers, with no labors' rights, underwent to an extreme exploitation. In this period the laborers and peasants began to gather themselves together, creating unions. In some places conflicts arose due to labors' rights and land hold. By the end of the 50's and during the 60's, many farmland rebellions hatched in Capanema – Paraná, Fomoso – Goiás, Porecatu – Paraná, Ligas Camponenas in Pernambuco. In 1963, countering the agrarian elite, the government announced the “Estatuto da Terra”. The big landholders responded expelling settlers, dwellers and aggregates. The promulgation of the “Estatuto da Terra”, propounded to vanish the unproductive estates and join small landholdings. This measurement affected the small landholding settlers from the South (RS and SC) causing a great migration to Mato Grosso and Rondônia, where the Government and private businessman established many colonization programs. Therefore the modernization of the agriculture in the South was enabled, and the occupation in large areas on Mato Grosso's and Rondônia's borders.

Key words: Agricultural and agrarian crisis; migration; colonization.

## **Introdução: a crise agrária e agrícola no Brasil**

No final década de 1950 a população rural no Brasil vivia em situação de pobreza e atraso material e cultural (PRADO Jr., 1979).<sup>1</sup> O principal problema no campo era a concentração fundiária. As pequenas propriedades representavam 85% do número total de estabelecimentos e ocupavam apenas 17% da área total apropriada. As grandes propriedades eram 9% do total de estabelecimentos e ocupavam 75% da área total apropriada (Idem).

No Nordeste o morador dos engenhos e usinas não tinha carteira assinada, nem tinha os direitos assegurados, vivendo numa situação de extrema pobreza. A situação dos trabalhadores dos cafezais de São Paulo não era melhor. Nas fazendas de gado, os trabalhadores (moradores, agregados, meeiros, vaqueiros) também não tinham salário nem direitos. Havia diferentes formas de arrendamento e parceria da terra (meeiros, porcentageiros, a terça, a quarta, as obrigações) os foreiros, os criadores de gado que recebiam a quarta do rebanho (Idem, *ibidem*).

A população rural, até meados da década de 1950, constituía a maior parte da população brasileira, vivendo em situação de miséria.

Nas áreas de colonização no sul do Brasil e no Espírito Santo predominava a pequena propriedade com mão de obra familiar, produzindo para a subsistência, com pequeno excedente para o mercado.

PRADO Jr. (*op. cit.*), lembra que, na década de 1950 estavam ocorrendo vários conflitos sociais “[...] de gravidade crescente, os quais giravam em torno do problema da terra”. Entre os conflitos de maior destaque, o autor nomeia a revolta dos posseiros de Porecatu (PR); a revolta no Rio Doce (MG); a ocupação do Engenho Galileia (PE). Pode-se acrescentar a revolta dos posseiros de Capanema (PR) que conturbou o Sudoeste do Paraná durante vários meses, em meados da década de 1950.

Em São Paulo houve um avanço relativo quando o governo estadual enviou à Assembleia Legislativa o projeto de Reforma Agrária Estadual. PRADO Jr. (*op.cit.*, p. 130-132) considera um começo a proposta de Reforma Agrária de São Paulo, mas muito tímida pelos recursos disponíveis e pela abrangência da mesma.

Para entender melhor este contexto, apresentaremos alguns dos movimentos sociais rurais mais significativos e as revoltas de camponeses que eclodiram no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970.

### **As Ligas Camponesas**

Os trabalhadores rurais e agricultores sem terra começaram a se mobilizar durante o período das grandes mudanças estruturais (intensificação do crescimento urbano e aceleração da industrialização nos governos dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek) ocorridas no Brasil entre 1950 e 1964.

A maior rentabilidade da terra, devido ao uso de mais tecnologia e a legislação trabalhista levaram muitos proprietários a expulsar os antigos posseiros, moradores, colonos, porcenteiros, ou a agravar suas condições de trabalho, provocando forte descontentamento entre a população rural.

Segundo Montenegro<sup>2</sup>, um grupo de agricultores de Vitória de Santo Antão, com dificuldades para saldar os débitos com seus patrões, donos de engenho, e devido à pobreza extrema, fundou a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP). O objetivo da associação era criar um fundo de ajuda mútua para pagar a sepultura dos sócios. Segundo o autor (idem) para driblar o controle político dos grandes proprietários rurais, os agricultores optaram por criar uma entidade assistencialista, ao invés de um sindicato. Como estratégia, eles convidaram para primeiro presidente da associação um senhor de engenho. Porém, pouco tempo depois, este senhor pediu demissão do cargo honorífico, exigindo a saída dos moradores de suas terras. Depois de pedir apoio a advogados e políticos, que não os atenderam, os trabalhadores recorreram ao advogado e deputado Francisco Julião, que os apoiou, pondo alguns advogados a serviço da SAPPP. A discussão sobre o despejo dos trabalhadores foi para a Assembleia Legislativa de Pernambuco e para a imprensa que pela primeira vez falou em “camponeses”. Com isso o problema adquiriu visibilidade.

No 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco a imprensa passou a denominar a SAPPP como “Liga Camponesa”, sugerindo que a mesma tivesse um “caráter comunista”. A SAPPP Galileia se reestruturou, passando a ser denominada Liga Camponesa. A mobilização dos trabalhadores rurais, até então restrita a Vitória de Santo Antão, se alastrou para outros municípios de Pernambuco. Intelectuais e políticos se articularam com o movimento, dando suporte jurídico e parlamentar, possibilitando o rompimento “[...] com o isolamento dos conflitos no meio rural”. (AZEVEDO, 1982, p. 64, apud MONTENEGRO, 2003, p. 253).

Os trabalhadores criaram a sede regional das Ligas Camponesas no Recife, com delegacias nos municípios. A partir de então, com o apoio jurídico de advogados contratados por Julião, os proprietários rurais teriam que negociar com os trabalhadores (Idem, p. 254).<sup>3</sup>

À medida que se fortaleceram, as Ligas Camponesas exerceram grande impacto, sobretudo nos engenhos e usinas do Nordeste, onde as relações sociais de produção extremamente conservadoras provocaram a discussão sobre a existência ou não de relações de tipo feudal naquele contexto<sup>4</sup>.

Em 1964, após do golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, as Ligas foram dissolvidas. Seus líderes foram presos, exilados e alguns “desapareceram”.

### **A ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil)**

Outro movimento social importante, a ULTAB<sup>5</sup> nasceu 21/09/1954, em São Paulo, sob a presidência de Lyndolfo Silva, durante a IIª Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, com a participação de militantes do PCB.

A ULTAB tinha o objetivo de organizar os pequenos e médios produtores agrícolas e os empregados rurais em defesa de seus interesses e direitos. A entidade liderou uma campanha nacional pela Reforma Agrária. Depois do golpe de estado de 1964, a ULTAB foi considerada pelo governo como uma organização com fins subversivos, negando-se a registrá-la como entidade de classe.

### **O MASTER (Movimento dos Agricultores sem Terra)**

No início de 1960 um grupo de posseiros que resistiu à expulsão de suas terras em Encruzilhada do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, criou o primeiro núcleo do MASTER. Este movimento se restringiu ao Rio Grande do Sul, vinculado ao PTB, o qual reivindicava reformas econômicas e sociais.

O MASTER lançou um manifesto sobre a estrutura fundiária, destacando o latifúndio como entrave ao desenvolvimento da agricultura, propondo que a terra pertencesse a quem nela trabalhasse.

As propostas do MASTER eram abrangentes: contra a exploração do trabalhador rural; pela educação rural; o associativismo; o arrendamento; contra o êxodo rural, a favor da educação e do crédito agrícola, o voto dos analfabetos e a Reforma Agrária, através da desapropriação de latifúndios.

Na fase inicial o MASTER se organizou em núcleos. Posteriormente passou a organizar acampamentos para pressionar o governo a desapropriar terras para assentar agricultores sem terra.

Em janeiro de 1962 o MASTER organizou seu primeiro acampamento na fazenda Sarandi. Cinco dias após a montagem do acampamento o governador Leonel Brizola desapropriou parte da fazenda. No governo de Ildo Meneghetti o movimento foi reprimido.

O avanço da organização do MASTER e sua relativa autonomia causaram problemas para Brizola e para o PTB, que tentou interferir nas decisões do Movimento. A bandeira da reforma agrária do PTB como forma de resolução das tensões sociais no campo, ficava comprometida com a forma de condução política do MASTER.

### **As Revoltas Camponesas**

Historicamente os grandes proprietários rurais no Brasil, tinham a prática de contratar jagunços, pistoleiros para amedrontar e matar a escravos, quilombolas, posseiros, moradores. Por esta razão, “[...] a história da violência no campo talvez seja o aspecto mais marcante da história dos vencidos no Brasil” (PRADO Jr, op.cit.).

Os agricultores pobres lutavam para manter sua condição de camponeses autônomos frente à expropriação por parte de fazendeiros e grileiros. Esta luta deu origem ao movimento dos camponeses, parceiros, moradores contra a expropriação pelo latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados.

Nas décadas de 1950 e 1960 houve revoltas de camponeses em Capanema, e Porecatu no Paraná, em Trombas e Formoso, no estado de Goiás. Neste mesmo período o Movimento pela Reforma Agrária adquiriu força e expressão política. Os governadores Leonel Brizola (RS) e Miguel Arraes (PE) apoiaram o movimento dos camponeses pela Reforma Agrária.

A luta dos agricultores pobres para assegurar a sua reprodução vai direcionar os movimentos que originaram os conflitos na segunda metade do século XX e a emergência dos movimentos sociais rurais.

### **O Conflito de Capanema**

Antes de 1940 o Sudoeste do Paraná era habitado por índios e caboclos, que adotavam um sistema de produção de subsistência, com pouca inserção no mercado. Essa “economia cabocla” baseava-se na exploração de erva-mate, da madeira e na criação de suínos.

Uma lenta penetração ocorreu do leste para o oeste, encetada pelos excedentes de população das fazendas de gado. Os caboclos do Rio Grande do Sul, caçados pela migração européia, ou então por refugiados da Guerra do Contestado, terminada em 1916, por refugiados políticos e condenados da

justiça, penetraram nas florestas. Outra corrente de ocupação veio do oeste, formada por argentinos e paraguaios à procura da erva mate.<sup>6</sup>

Com raras exceções, a historiografia desconhece ou omite a ocupação da região sudoeste do Paraná, como se ela tivesse constituído um vazio demográfico até a ocupação por migrantes de origem europeia, os “pioneiros”, empreendedores, promotores do progresso (MOTA, 1994).

No início dos anos 40 começa a instalação de serrarias de migrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Estas serrarias, e o estabelecimento dos primeiros colonos, deram origem aos numerosos povoados, vilas e posteriormente às cidades do sudoeste do Paraná. Os caboclos pouco a pouco venderam os direitos de posse, e a sua força de trabalho para os novos ocupantes (CORREA, 1970 apud LE BORGNE-DAVID, op.cit., p. 37).

A região sudoeste do Paraná passou a ser ocupada “oficialmente” a partir do ano de 1943, com a criação da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), em Francisco Beltrão. Este projeto de colonização instituído no governo do presidente Getúlio Vargas estava inserido no projeto da “Marcha para o Oeste”. Seu objetivo era fixar no sudoeste do Paraná agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, incentivando a agricultura familiar. A maior parte destes colonos, descendentes de imigrantes, havia migrado das colônias agrícolas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde a terra havia se esgotado (ROCHE, 1969, p. 358 e 359).

Os colonos recebiam da CANGO a terra, a casa, ferramentas, sementes agrícolas, assistência médica, mas não receberam o título de propriedade da terra. Na prática, os agricultores eram posseiros, visto que não tinham um documento que atestasse a sua propriedade.

O conflito pela posse da terra, envolvendo posseiros, companhias colonizadoras e o poder público ocorrido no Sudoeste do PR em 1957 teve origem na disputa jurídica pela posse da gleba Missões e parte da gleba Chopim.

O governo federal, através da CANGO, implantou na região um projeto de colonização, incentivando os colonos sul rio-grandenses e catarinenses a povoá-la. A companhia colonizadora CITLA, na condição de herdeira das glebas, depois de longo processo judicial envolvendo o poder público e empreendedores particulares, instalou-se na mesma área.

O conflito pela posse da terra estendeu-se pelos atuais municípios de Capanema, Pranchita, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco, Santo Antônio do Sudoeste. Houve enfrentamento com jagunços a serviço da CITLA, com destacamentos da polícia, mortes, feridos, presos. No final os posseiros venceram, tendo suas posses regularizadas e tituladas a partir de 1962.

O GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do PR), entre os anos de 1962 e 1973 concluiu a obra iniciada pela CANGO e interrompida pela atuação das companhias. As áreas em litígio foram desapropriadas em 1961, no governo do presidente Jânio Quadros. Entre 1962 e 1973, o governo federal realizou uma reforma agrária no sudoeste do PR, concedendo cerca de 40 mil títulos de propriedade numa área de 545 mil hectares de terras.

### **A Revolta de Porecatu**

No final da década de 1950 havia muitos posseiros ocupando terras no município de Porecatu, situado no noroeste do Paraná, próximo à divisa com o estado de São Paulo. O governo resolveu fazer uma redistribuição das terras ocupadas pelos posseiros, os quais não aceitaram perder as terras ocupadas, resistindo aos mandatos de reintegração de posse expedidos pelo governo<sup>7</sup>.

Diante da resistência dos posseiros, o governo estadual enviou forças policiais para desalojá-los. O resultado foi um conflito entre posseiros e policiais. Devido à intensidade do confronto, este conflito ficou conhecido através dos meios de comunicação como a “guerra de Porecatu”.

Para expulsar os posseiros o governo convocou forças policiais. Apesar da resistência dos posseiros, apoiados pelo PCB, eles foram vencidos pelas tropas do governo estadual.

### **A Revolta de Trombas e Formoso<sup>8</sup>**

A região de Trombas, no estado de Goiás, foi ocupada a partir do início da década de 1950 por posseiros. O conflito entre os posseiros e os grileiros chamou a atenção do PCB que,

em 1954 enviou membros do Partido para Formoso para organizar a resistência armada. Em 1955 foi fundada a União dos Lavradores de Formoso.

Com o agravamento do conflito, em 1957 o governo de Goiás enviou tropas para desalojar os posseiros de Trombas. Os posseiros armados venceram as tropas da polícia militar em vários confrontos.

Em 1958 a Associação dos Lavradores assumiu o governo do território. Treinados e armados, os camponeses de Porangatu passaram a usar táticas de guerrilha. Em 1962 o líder José Porfírio foi eleito Deputado Estadual. O PCB enviou quadros do partido para doutrinar os camponeses e treiná-los na tática de guerrilha para resistir ao ataque dos grileiros, jagunços e da polícia militar de Goiás. Mas o envio de tropas treinadas, com apoio dos fazendeiros, venceu a resistência dos posseiros. José Porfírio, como líder do movimento e os outros líderes foram presos. Devido à pressão popular José Porfírio foi libertado, mas desapareceu logo depois. Seu corpo nunca foi encontrado.

Hoje a região está ocupada por grandes propriedades, que cultivam arroz irrigado em grandes áreas, totalmente mecanizadas, com alta tecnologia.

### **O Estatuto do Trabalhador Rural**

O E.T.R. (Estatuto do Trabalhador Rural)<sup>9</sup> estava inserido nas Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart. A aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural seria na opinião de PRADO Jr.(op. cit., p. 145), uma complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888, apesar das falhas do Estatuto. Quando o Estatuto do Trabalhador Rural foi promulgado em 1963 “foi quase de surpresa”. Isto porque os grandes proprietários rurais exerciam forte pressão sobre o Congresso para não aprovar o projeto.

Os grandes proprietários de terras reagiram à promulgação do E.T.R., sobretudo nas usinas de cana e engenhos na Zona da Mata Nordeste; nas fazendas de café em São Paulo e Paraná, onde havia colonos; nas fazendas de cacau e de gado e em regiões onde havia “agregados”. No primeiro momento, após a promulgação do E.T.R., para não arcar com os encargos trabalhistas, muitos proprietários expulsaram os trabalhadores de suas fazendas.

### **O Estatuto da Terra<sup>10</sup>**

Promulgado em 1964 propunha uma Reforma Agrária cuja meta era reduzir os latifúndios improdutivos, e eliminar o minifúndio, considerado incompatível com a modernização agrícola. A solução proposta para a modernização do minifúndio foi o remembramento dos lotes, e conseqüente migração de parte dos agricultores minifundiários para a fronteira amazônica, onde seriam assentados em projetos de colonização.

### **A Política de Ocupação da Amazônia Meridional**

A partir de 1968 o governo federal desenvolveu uma política de (re) ocupação da Amazônia Meridional<sup>11</sup>, através do INCRA, responsável pela execução dos projetos de colonização onde seriam assentados os agricultores sem terra ou com pouca terra. Simultaneamente, o governo criou a SUDAM para viabilizar os grandes projetos agropecuários, madeireiros e minerais na Amazônia com financiamento público, subsídios e incentivos fiscais (IANNI, 1979; CARDOSO e MÜLLER, 1977)<sup>12</sup>.

Para os projetos de colonização privada e do INCRA, o governo federal, com o apoio e colaboração de agências sociais e religiosas fez propaganda em áreas de colonização do sul do Brasil, sobretudo em áreas de minifúndio, promovendo a Amazônia como a Terra da Promissão.

A partir de 1970 o INCRA implantou vários Projetos Integrados de Colonização (PICs) ao longo da rodovia Transamazônica. A magnitude dos projetos, as dificuldades com funcionários, a falta de experiência na Amazônia, mostraram que a instituição não tinha capacidade nem recursos humanos suficientes e capazes para executar os projetos previstos.

A política do governo federal para atrair as grandes empresas privadas para a Amazônia, com apoio e incentivos da SUDAM, e do POLAMAZÔNIA, generalizou as disputas e conflitos em torno da terra entre índios, posseiros, grileiros, latifundiários e empresários pela posse e uso da terra (IANNI, 1979, p. 95-98).

Para “suplementar” a ação do INCRA, a partir de 1974 o governo federal estimulou a organização de empresas e cooperativas de colonização privadas.

Estas empresas e cooperativas de colonização foram buscar o “colono ideal” nas áreas de minifúndio do sul do Brasil, principalmente nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul onde a terra se tornara “escassa”. A transferência de alguns milhares de agricultores para a Amazônia reduziria as tensões sociais geradas nas áreas de colonização do Rio Grande do

Sul, possibilitando o remembramento das propriedades e posterior modernização agrícola (IANNI, op.cit., p. 98).

Esta política de colonização e reforma agrária “[...] concretiza a articulação entre os interesses da grande empresa privada e o poder público, de modo a conduzir a resolução da questão da terra de acordo com o princípio da propriedade privada e segundo as exigências de um crescimento extensivo do capitalismo em áreas de terras devolutas, tribais, ou ocupadas por posseiros [...]” (idem, p. 98).

Em 1975 o ministro da agricultura Alisson Paulinelli encaminhou ao presidente da República o Programa Fundiário da Amazônia. Este programa tinha como meta discriminar 50 milhões de hectares de terras na Amazônia, destinando 10 mil unidades para a produção familiar, e 11 mil unidades para empresas médias de produção agropecuária. O INCRA executaria o plano em 16 projetos fundiários na Amazônia Legal. Os PADs (projetos de assentamento dirigido) incorporariam ao processo produtivo 36 mil empresas familiares rurais na Amazônia.

A transferência e assentamento de 10 mil famílias na Amazônia teria como contrapartida o remembramento de 10 mil minifúndios nas regiões sul e centro sul do Brasil (IANNI, op.cit., p. 101). Entre 1973 e 1976 foram transferidas para os projetos de colonização na Amazônia 19.035 famílias, somando 95.375 pessoas<sup>13</sup>.

#### A colonização dirigida na Amazônia

[...] não é apenas uma contra reforma agrária nessa região, mas adquire o caráter de uma contra reforma agrária também no Nordeste, no Sul e em outras regiões. Para não distribuir nem redistribuir as terras em nenhuma área ou região de “tensão social”, no mundo rural, o Estado foi e continua a ser levado a realizar uma modesta “distribuição” ou “redistribuição” de terras devolutas, tribais ou ocupadas em algumas áreas da Amazônia. (IANNI, op. cit., p. 103)

A Colonização em terras públicas na Amazônia, denominada Reforma Agrária pelo governo civil-militar, abortou a reforma agrária proposta pelos camponeses e pelos movimentos sociais ao longo das décadas de 1950 e 1960. Segundo IANNI, o programa de Colonização em terras públicas na Amazônia foi uma “contra-reforma-agrária”. O Estatuto da Terra propunha uma tímida reforma agrária. Contudo a aplicação do mesmo só foi discutida 20 anos depois, quando o recém-eleito presidente Tancredo Neves encarregou José Gomes da Silva para elaborar o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O PNRA original sofreu tantas emendas, que se transformou em uma colcha de retalhos.

A COTRIJUI (Cooperativa Triticola de Ijuí) foi uma das primeiras “cooperativas de colonização” que implantou um projeto agroindustrial de colonização entre Altamira e Itaituba, onde seriam assentados “agricultores gaúchos” que tinham experiência no uso de máquinas e insumos agrícolas, os quais teriam um “[...] papel inovador de efeito e demonstração eficaz” (IANNI, op.cit., p.103). A proposta deste projeto mostra “[...] o grau de articulação entre a colonização dirigida posta em prática na Amazônia e o problema do minifúndio no Rio Grande do Sul” (Idem, ibidem).

Segundo a COTRIJUI, havia necessidade de criar alternativas adicionais para a solução no Rio Grande do Sul de um problema estrutural, o minifúndio, que se tornara um entrave ao desenvolvimento agrícola. A estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, se caracterizava pela predominância dos minifúndios. Para sanar este problema, o governo propunha “[...] aumentar o tamanho das unidades de produção; modificar ou adequar as atividades culturais às pequenas extensões e inovações tecnológicas”.

A COTRIJUI estabeleceu a meta de transferir para a Amazônia duas mil famílias de agricultores associados à cooperativa no Rio Grande do Sul. Poderiam se candidatar para migrar para a Amazônia os agricultores que possuíam um lote com área inferior a 36 hectares, considerada como área mínima para a lavoura mecanizada. A cooperativa impunha como condição aos candidatos selecionados a exigência de vender o lote para o vizinho, possibilitando desta forma o remembramento fundiário.

Na concepção do governo federal, a migração dos colonos do sul para a Amazônia resolveria os problemas fundiários nas áreas em crise no Rio Grande do Sul, permitindo a modernização da agricultura através do remembramento dos lotes. No local de destino, na Amazônia, os colonos seriam assentados em Projetos de Colonização, ocupando os “espaços vazios”, e produziram para o mercado. Os três projetos juntos se apropriaram de uma área em torno de dois milhões de hectares<sup>14</sup>.

### **A Crise Agrária e Agrícola no Rio Grande do Sul**

As grandes propriedades no oeste e na fronteira do Rio Grande do Sul se constituíram, a partir do século XVIII, pela posse de grandes extensões de terras devolutas (campos) ocupadas pelos índios coroados, pelos caboclos, ervateiros e produtores de alimentos para subsistência (RÜCKERT, 1997, p. 57).

O crescimento vegetativo das famílias dos imigrantes, a divisão dos lotes com os filhos e o esgotamento das terras, criou a necessidade de novas terras para os filhos e netos<sup>15</sup>. Na década de 1940, quando as terras das colônias velhas<sup>16</sup> do Rio Grande do Sul se tornaram insuficientes, devido às sucessivas divisões, e ao esgotamento das terras, os filhos e netos dos imigrantes migraram para o Alto Uruguai, onde ocuparam as áreas ainda não ocupadas produtivamente (RÜCKERT, op.cit., p. 122).

Como grande parte das terras já tinha sido apropriada pelos grandes proprietários, havia poucas terras livres para os colonos. Muitas destas áreas, sobretudo de mata, foram loteadas por colonizadoras privadas no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, com o objetivo de vender os lotes para os imigrantes.

Segundo RÜCKERT (op.cit., p.119 e 141) “[...] a colonização privada, [...] é implantada no território com a concorrência do capitalismo industrial, que trata de construir a infraestrutura territorial, como as ferrovias, desse modo elevando os preços todas terras”. Nesse processo os índios, depois reunidos nos “toldos” no Alto Uruguai,<sup>17</sup>e os caboclos, foram excluídos definitivamente do processo de ocupação das terras no estado do Rio Grande do Sul.

Uma parte dos colonos atravessou o Rio Uruguai ocupando as terras de florestas do Oeste catarinense. Parte deles acompanhou os trilhos da Estrada de Ferro que interliga o Rio Grande do Sul a São Paulo através dos planaltos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Segundo WAIBEL (1979), já nos primeiros anos do século XX, as colônias do planalto do Rio Grande do Sul conseguiram enviar pipas de vinho, trigo, fumo, banha de porco e produtos agrícolas das primeiras safras da colônia de Caxias, para a cidade de São Paulo, situada a mais de mil quilômetros de distância.

Na década de 1960 as áreas ocupadas pelos colonos, nas novas colônias, a partir das primeiras décadas do século XX, já tinham sido reduzidas a minifúndios, devido ao fracionamento por herança, enfrentando a concorrência das médias e grandes propriedades que se modernizavam.

No final dos anos 60 e início de 70 a estrutura fundiária da região do Alto Uruguai, como sucedera nas “colônias velhas”, se caracterizava pelo minifúndio e pela produção de subsistência, com baixa produtividade, descapitalização, e pelo contingente elevado de agricultores sem terra.

Sem terra nem capital, muitos colonos migraram. Outros ocuparam terras dos toldos indígenas em Nonoai, Cacique Doble, Tenente Portela e Guarita, municípios situados no noroeste do Rio Grande do Sul, no alto Uruguai.

Durante a década de 1970, os indígenas de vários “toldos”<sup>18</sup> se revoltaram, expulsando os colonos que ocupavam suas terras. Parte destes colonos expulsos acampou na Encruzilhada Natalino<sup>19</sup>. Outro grupo de colonos expulsos foi para o Parque de Exposições de Esteio, próximo de Porto Alegre. O governo Estadual, o INCRA e a COOPERCANA exerceram pressão sobre os acampados<sup>20</sup>, para convencê-los a migrar para o Projeto de Colonização de Terra Nova, em Mato Grosso, que estava sendo projetado para abrigá-los. O governo e os empresários precisavam desocupar o Parque de Exposições, onde seria realizada em breve a exposição agropecuária internacional.

A seguir faremos uma análise sumária de alguns municípios do Rio Grande do Sul onde a crise se agravou nas décadas de 1960 e 1970, e do local de destino dos mesmos, em Mato Grosso, para onde os agricultores sem terra foram transferidos.

### **A crise dos associados da COTREL no Rio Grande do Sul**

A COTREL (Cooperativa Tritícola de Erexim Limitada) atuava em Erexim e municípios vizinhos. Esta Cooperativa congregava algumas centenas de agricultores associados que se dedicavam à agricultura, e à criação de aves e suínos, integrados aos frigoríficos. Os associados dedicados à agricultura enfrentavam o problema de falta de terra e de financiamento, obstaculizando o processo de modernização. Os associados que criavam animais confinados, porcos e frangos, apesar do lote de terra pequeno, não tinham necessidade de mais terra (CASTRO et alii, 2002)<sup>21</sup>.

Diante das dificuldades para modernizar a agricultura no município de Erexim, a COTREL considerou a possibilidade de transferir parte dos associados para um projeto de colonização na Amazônia como uma “saída” para os problemas enfrentados pelos seus associados. Seria um “portão de escape” que aliviaria a tensão social. Os colonos consideraram a proposta da migração como uma alternativa para não se proletarizarem. Em 1979, os associados da COTREL em Erexim decidiram em assembleia geral que a Cooperativa deveria fazer uma parceria com o INCRA para transferir parte dos seus

associados para um projeto de colonização no norte de Mato Grosso, situado a 750 quilômetros ao norte de Cuiabá, na divisa com o estado do Pará (Idem, *ibidem*).

### **O Projeto de Colonização (PAC) Peixoto de Azevedo em Mato Grosso**

Para assentar estes colonos, o INCRA, em associação com a COTREL, criou o Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) Peixoto de Azevedo<sup>22</sup>. Este projeto tinha como meta assentar 1.600 famílias de minifundiários da COTREL, 240 famílias de desalojados pela usina de Passo Real; legalizar 120 famílias de posseiros ocupantes da área do projeto, e lembrar os minifúndios dos associados que se deslocariam para Mato Grosso.

O projeto era constituído de 05 módulos rurais, divididos em agrovilas, chácaras, lotes rurais. O colono receberia um lote de 100 hectares, sendo 50 hectares para agricultura e 50 na reserva florestal de condomínio, e um lote “para-rural”, próximo ao núcleo urbano, com 3,45 hectares (Idem, *op.cit.*, p. 96).

A administração do INCRA e da COTREL foi instalada no núcleo urbano, onde havia energia elétrica produzida por gerador, comércio, cooperativa de consumo, escritórios, serraria, igreja, escola.

A Reserva florestal de condomínio ocuparia uma área de 1.224 hectares, onde cada colono teria uma quota parte de 50 hectares. A infraestrutura seria constituída por estradas, serraria, armazém, posto de saúde, escolas, igreja.

A seleção dos colonos, a administração e execução do Projeto seriam executadas pela COTREL. A construção da infraestrutura, o acompanhamento, a execução do projeto e a liberação dos recursos financeiros seriam da responsabilidade do INCRA.

### **Os problemas na execução do Projeto Peixoto de Azevedo**

Depois de 08 anos do início do projeto, muitos colonos ainda não estavam no lote. Havia colonos no garimpo, e outros nunca haviam ocupado o seu lote. Nos módulos próximos do núcleo urbano a ocupação dos lotes era maior. Nos módulos mais distantes havia mais lotes vazios. Com a descoberta do ouro dentro da área do projeto Peixoto de Azevedo, muitos

lotes foram transformados em garimpo, com a afluência de colonos e garimpeiros profissionais. O maior núcleo garimpeiro no projeto era em Novo Mundo.

As áreas das reservas florestais e algumas áreas desocupadas ao redor do projeto foram ocupadas por posseiros, entre os quais se encontravam filhos de colonos do Sul.

Das primeiras 100 famílias assentadas até 1981, em torno de 50% retornaram para o Sul. Os motivos alegados foram as doenças, as dificuldades para derrubar a floresta, a ausência de infraestrutura, a perda da produção, as dificuldades de adaptação.

Muitos colonos, devido à distância dos lotes em relação à cidade, e falta de infraestrutura (estradas, educação, saúde, comércio, energia elétrica) resolveram morar no lote “para-rural” (chácara), próximo da cidade.

Para enfrentar as dificuldades iniciais, muitos colonos se obrigaram a vender sua força de trabalho, temporariamente, para a COTREL, trabalhando nas construções, na serraria, na abertura de estradas, e os filhos no escritório da empresa.

Os colonos enfrentaram muitas dificuldades para ocupar e produzir no lote. As dificuldades apontadas nas entrevistas foram: desconhecimento da terra, do clima, da época de plantio em Mato Grosso. A mata densa para ser derrubada no machado era um desafio para a maioria dos colonos. A orientação técnica insuficiente e inadequada resultou na perda da safra de arroz nos primeiros anos.

A descoberta de ouro em alguns lotes dentro do projeto de colonização de Guarantã provocou mudanças radicais. Para muitos colonos, o garimpo funcionou como um banco para financiar a agricultura e comprar gado e mais terra. Para outros inviabilizou a agricultura, levando-os à ruína.

Muitos colonos foram trabalhar no garimpo, e as de muitos produziam verduras e legumes, além de pequenos animais para vender no garimpo. Algumas também faziam pães e doces. No lote para-rural, com área reduzida, só era possível produzir para a reprodução familiar.

### **A crise agrária e agrícola em Tenente Portela**

Em 1959 Norberto Schwantes foi designado para trabalhar como pastor em Tenente Portela, “[...] uma das últimas regiões colonizadas no RS, nos anos 40” (SCHWANTES, 1989)<sup>23</sup>.

Os moradores de Tenente Portela vieram de vários lugares, predominando os de origem germânica. Além dos colonos, havia no município a reserva indígena de Guarita, habitada pelos povos Kaingangue e Guarani.

Na década de 1960, depois de mais de vinte anos de ocupação, a maior parte dos lotes de Tenente Portela havia se reduzido a minifúndios. As terras eram acidentadas, dificultando a mecanização, e estavam esgotadas. Os colonos estavam empobrecidos. A área indígena estava ocupada por colonos que conseguiram autorização do chefe do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) supostamente através de suborno.

Schwantes tentou melhorar a situação dos colonos através da introdução de técnicas agrícolas, utilizando o rádio e o jornal. Por sugestão do agrônomo Roewer foi feito um projeto de remembramento fundiário (lotes de 25 ha.) em Tenente Portela, e de migração do “excedente populacional”<sup>24</sup>.

Depois de visitar um projeto do INCRA em Altamira, Schwantes convenceu um grupo de 480 famílias de agricultores de Tenente Portela a migrar para o projeto de colonização em Altamira.

Segundo Schwantes (op.cit.) havia a estimativa que cerca de dois mil agricultores teriam que migrar para possibilitar o remembramento dos lotes em Tenente Portela. Para assentar os colonos “excedentes”, Schwantes e Roewer foram procurar terras em Mato Grosso.

### **CANARANA: “portão de escape” para os colonos de Tenente Portela<sup>25</sup>**

Em 1971 Schwantes formou a “Cooperativa de Colonização 31 de Março” [COOPERCOL] com 400 associados, com o objetivo de desenvolver um projeto de colonização em Mato Grosso<sup>26</sup>. Depois de procurar uma área no Sul de Mato Grosso, na região de Dourados, Schwantes optou pelo Município de Barra do Garças, onde a cooperativa comprou uma área de 200 mil hectares para lotear e revender os lotes em prestações para os colonos de Tenente Portela. Os colonos que não tinham condições financeiras para comprar a terra, poderiam comprar com financiamento do PROTERRA<sup>27</sup>.

Em setembro de 1972 chegaram à área do Projeto, que seria denominado de Canarana, as primeiras 12 famílias de Tenente Portela. Em 1975 o INCRA aprovou o projeto de

Canarana. Os lotes foram escriturados, e com isto foi liberado o crédito para os colonos para aquisição de máquinas e insumos.

A precariedade da estrada BR 158, que interliga Barra do Garças a Canarana, foi o maior problema que os colonos de Canarana e Água Boa enfrentaram. No período das chuvas a estrada se tornava intransitável. Os bueiros e pontes de madeira precários, ou inexistentes, dificultavam o trânsito e punham em perigo as pessoas e cargas.

Segundo Schwantes (op.cit., p. 122-123), depois que o projeto de colonização de Canarana foi aprovado pelo INCRA, foi possível emitir as escrituras dos lotes, e posterior liberação de crédito pelo Banco do Brasil, aumentando o entusiasmo dos colonos. A partir de então eles compraram máquinas agrícolas, possibilitando a abertura de áreas maiores para mecanizar. Em 1975 teve início o projeto de colonização de Água Boa, situado à margem da BR 158. A maior parte dos compradores de lotes deste projeto veio do município de Não-me-Toque, no Rio Grande do Sul.

Os agricultores que compraram lotes em Água Boa fundaram a COOPERCANA. Schwantes relata que o bom relacionamento com o INCRA e com o Banco do Brasil facilitou a aprovação dos projetos de colonização, e a liberação do crédito para os colonos de Canarana e Água Boa.

### **Da Encruzilhada (do) Natalino (RS) para Terra Nova (MT)**

Em 1978 os indígenas de Nonoai e de Guarita se revoltaram, expulsando em torno de 2.500 famílias de agricultores que ocupavam terras das reservas (“toldos”) indígenas. Os agricultores expulsos montaram um grande acampamento na Encruzilhada Natalino e outro no parque de exposições de Esteio.

Para “solucionar” o problema dos acampados, o Ministro do Interior “convidou” a Coopercana para executar o projeto de colonização em Terra Nova, para assentar os agricultores acampados na Encruzilhada Natalino e no parque de exposições de Esteio. Schwantes (op.cit, p.154) relata que ele e Bertoni elaboraram o projeto de colonização Terra Nova em pouco tempo, o qual foi encaminhado imediatamente para o Ministro do Interior. O projeto foi aprovado com urgência pelo Presidente da República, com a recomendação de que fosse executado de imediato. O ministro do Interior solicitou (“ordenou”) ao INCRA para delimitar a área para o projeto de colonização em Terra Nova. O 9º BEC (Batalhão de

Engenharia) sediado em Cuiabá foi encarregado da abertura das primeiras estradas e da terraplanagem da área destinada para a agrovila.

Em menos de um mês as primeiras famílias chegaram a Terra Nova, onde tudo ainda estava sendo feito: abertura das estradas, ruas, montagem das casas, abertura dos lotes.

O projeto de Terra Nova está localizado no norte de MT, a 700 km de Cuiabá, à margem da rodovia (BR-163) Cuiabá-Santarém. O povo Krenakarore ocupava aquele território, em torno do rio Peixoto de Azevedo. A rodovia Cuiabá-Santarém, aberta no início da década de 1970, cortou o território dos Krenakarores, passando próximo de algumas aldeias.

A COOPERCANA e INCRA executaram o projeto de colonização, destinado a assentar agricultores do Rio Grande do Sul que haviam sido expulsos pelos índios Kaingangue dos toldos de Nonoai e Cacique Doble.

O INCRA e a COOPERCANA, que “[...] tinha experiência com colonização na Amazônia” seriam os executores do projeto. A COOPERCANA prometeu aos colonos que foram para Terra Nova lotes de 200 hectares, financiados em 15 anos, crédito para as culturas, casas de madeira, estradas, escolas, hospitais.

O projeto dispunha de 435.000 hectares, que seriam divididos em 1060 lotes. Cada família receberia um lote de 200 hectares, sendo 100 hectares para agricultura, 100 hectares na reserva de condomínio para preservação, e 02 hectares (chácara com moradia, horta e pomar, criação de pequenos animais), situada no perímetro da agrovila. Foram projetadas 06 agrovilas<sup>28</sup> com esta estrutura.

A propaganda produziu uma opinião favorável à colonização na Amazônia, influenciando a decisão de muitos colonos, que decidiram aceitar a proposta de transferência, principalmente os agricultores expulsos das reservas indígenas.

Entre 1978 e 1980 foram transferidas 1.060 famílias (em torno de 5.300 pessoas) para Terra Nova.

Dentre os acampados no Rio Grande do Sul, 550 famílias optaram por Terra Nova, seguidas por mais 80 famílias em 1980.

Este sistema se mostrou inviável para os colonos que tinham a área para agricultura localizada a mais de 10 quilômetros da agrovila. Muitos colonos venderam o lote na agrovila, se transferindo para o lote rural, onde não havia escola, nem hospital, nem serviços.

O INCRA e a Cooperativa prometeram desmatar e destocar 10 hectares no início, crédito, infraestrutura (casa, com fogão, água encanada, eletricidade, assistência médica,

escolas, estradas, cesta básica por 06 meses, 01 parrelha de bois, 01 vaca de leite) (SANTOS, op. cit., p. 125).

O projeto de colonização de Terra Nova foi projetado com 10 agrovilas. Em cada uma havia uma igreja (capela), um centro comunitário, escola, habitações (chácaras). Algumas agrovilas cresceram mais que as outras, entre elas Guarita, que se desenvolveu mais que as demais (Santos, p. 131-132).

Os colonos chegaram a Terra Nova na época das chuvas. As casas não estavam prontas. A área para agricultura não estava desmatada, não havia eletricidade, não havia escolas nem hospital. A “parrelha de bois” e a vaca de leite prometidas, nunca foram entregues aos colonos.

Segundo SANTOS (p. 128) os três primeiros anos foram de penúria, gerando desconfiança e descrédito em relação à Cooperativa. Naquele período, muitos colonos voltaram para o Sul. Devido às denúncias, uma comissão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, acompanhada do Governador, imprensa, sindicalistas, visitou Terra Nova. Logo depois da visita, o Governo Federal construiu uma escola de 2º grau, um hospital e um armazém da COBAL em Terra Nova.

A descoberta do ouro mudou os rumos do projeto. Muitos colonos abandonaram os lotes para trabalhar no garimpo. Outros colonos que se tornaram garimpeiros usaram o dinheiro do garimpo para pagar dívidas e comprar equipamentos e máquinas, possibilitando a mecanização da “lavoura branca” (subsistência) – milho, arroz, mandioca, feijão e das “culturas permanentes”, principalmente de café e seringueira (SANTOS, op. cit., p. 136-137).

Não podendo pagar as dívidas, muitos colonos abandonaram o lote, voltando para o Sul. Estes colonos, que abandonaram o projeto, foram estigmatizados pela Cooperativa e pelo governo (Santos, op.cit., p. 143).

O Banco do Brasil concedia o crédito, condicionado ao uso de sementes selecionadas, a determinadas culturas, e à assistência técnica oficial. A agência mais próxima do BB estava em Sinop, distante 180 quilômetros. Os financiamentos eram liberados fora da época de plantio. As dívidas, acrescidas de juros, criaram uma subordinação dos colonos em relação ao Banco do Brasil.

A EMATER não dava assistência técnica adequada, orientando apenas as culturas da seringueira e do café, para os quais havia financiamento.

No início do projeto os “posseiros” eram predominantemente nordestinos. Aos poucos surgiram os posseiros do Sul. Em 1984 havia 1.000 famílias de posseiros, pressionados e

perseguidos pela Colonizadora e pelo INCRA. Em 1982 o INCRA concedeu aos posseiros uma “licença de ocupação”. A partir de 1982 aumentou o número de posseiros vindos do Sul do Brasil.

Santos (op.cit.) identificou no interior do projeto Terra Nova uma diferenciação entre os colonos, os quais se auto identificavam como “colono forte” e “colono fraco”. Esta diferenciação social no projeto Terra Nova mostra uma escala social no interior da categoria: colonos “fracos” e “fortes”, “pobres” e “pequenos”, donos de uma “colônia” (sulistas); de um “sítio” (“nortistas”). A diferenciação social dos colonos e as diferenças entre as várias religiões, sobretudo entre católicos e crentes era um obstáculo para a ressocialização.

Segundo Santos (op.cit., p.170) o “[...] deslocamento contínuo dos colonos” de um projeto de colonização para outro, “[...] mostra que os projetos de colonização não conseguem reter os colonos. A esperança de quem parte para outro projeto é que desta vez vai ser melhor, diferente”.

Muitos parceiros retornaram para o Sul. Este retorno foi possível devido à rede familiar e de vizinhança que permaneceu no local de origem. Os colonos que permaneceram em Terra Nova, juntamente com a Cooperativa e as agências públicas desenvolveram uma imagem negativa (“estigma”) a respeito destes colonos que retornaram para o Sul.

### **Considerações Finais**

A solução proposta e executada pelo governo para a crise agrária e agrícola no Rio Grande do Sul nas décadas de 60 e 70, através do remembramento dos minifúndios no Rio Grande do Sul, e da colonização por empresas ou cooperativas de colonização na Amazônia serviram para quem? Ou quem se beneficiou com estes projetos? Para muitos camponeses, a saída, talvez a única, foi migrar para não se proletarizar. Eles migraram procurando melhorar de vida. Mas não tinham certeza alguma, nem garantias por parte das empresas, ou cooperativas de colonização. Parte deles melhorou sua situação sócio-econômica. Mas muitos retornaram para o sul, onde tiveram que reconstruir suas vidas. Outros, embora tenham fracassado, não retornaram. Para o INCRA e para a colonizadora, os que retornaram foram estigmatizados como fracassados. Os que deram certo e permaneceram são considerados trabalhadores, corajosos, vitoriosos.

## BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Hélio Palma de. *Os problemas fundiários na estratégia do desenvolvimento e da segurança*. INCRA: Brasília, 1977.
- CASTRO, Sueli P.; BARROZO, João C., et alii. *A Colonização Oficial em Mato Grosso. A nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EDUFMT, 2002.
- CARDOSO, Fernando e MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- BASTOS, Élide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Editora da UFGO, 1988.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). *O Camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolfo Silva*. São Paulo: IPSO, 2004. (Série Memória e História, 4).
- DIAS, Reginaldo e Gonçalves, José H. (org.). *Maringá e o Norte do Paraná*. Maringá: EDUEM, 1999.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- GUIMARÃES NETO, Regina. *A Lenda do Ouro Verde*. Cuiabá: UNICEN Publicações, 2002.
- IANNI, Octávio. *A Luta pela Terra*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.
- LE BORGNE-DAVID, Anne. *Les Migrations Paysannes du Sud-Brésil vers L'Amazonie. Le salariat plutôt que la malaria*. Paris: L'Harmattan, 1988.
- MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino. História da Luta pela Reforma Agrária*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- MARIGHELLA, Carlos et alii. *A Questão Agrária. Textos dos Anos Sessenta*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. "Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução". In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucila A. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência democrática*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- MORENO, Gislaine. *Terra e Poder em Mato Grosso. Política e Mecanismos de Burla. 1892-1992*. Cuiabá: Editora da UFMT & Entrelinhas.

MOTA, Lúcio Tadeu. *A construção do “Vazio Demográfico” e a retirada da presença indígena da história social do Paraná*. In: Revista de Pós Graduação de História. Vol. 2, Assis, São Paulo, UNESP, 1994.

PRADO Jr. Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROSA, Alessandra Dias de Souza. *A Revolta Camponesa de Trombas e Formoso e a Trajetória do Líder José Porfírio*. Monografia de Conclusão de Graduação em História, UNEMAT, Confresa, 2007

RÜCKERT, Aldomar. *A Trajetória da Terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul, 1827/1931*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1997.

SANTOS, Edison Antônio. *SINOP, História, imagens e relatos*. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

SANTOS, José Vicente T. dos. *Matuchos: Exclusão e Luta. Do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

SCHWANTES, Norberto. *Uma Cruz em Terra nova*. São Paulo: Scritta Oficina, 1989.

SILVA, Joaquim Carvalho da. *Terra Roxa de Sangue - A Guerra de Porecatu*. Londrina: Editora UEL, 1996.

SILVA, Ligia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

WAIBEL, Léo. *As Zonas Pioneiras do Brasil. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: FIBGE, 2ª edição, 1979.

---

<sup>1</sup>PRADO Jr., Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979. Ver GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

<sup>2</sup> MONTENEGRO Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. Apud Ferreira, Jorge e Delgado, Lucila A. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência democrática*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, p. 241-271.

<sup>3</sup> Ver BASTOS, Élide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

<sup>4</sup> PASSOS GUIMARÃES, Alberto. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

<sup>5</sup> CUNHA, Paulo Ribeiro. (org.) *O Camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolfo Silva*. São Paulo: IPSO, 2004.

<sup>6</sup>CORREA (1970) apud LE BORGNE-DAVID, Anne. *Les Migrations Paysannes du Sud-Brésil vers L’Amazonie. Le salariat plutôt que lamalaria*. Paris, L’Harmattan, 1998, p. 35. Texto original (traduzido pelo autor): «Une lente pénétration s’effectuant d’est en ouest a été entamée par les excédents de population des fazendas de bétail s’enforçant dans la forêt, les caboclos du Rio Grande dos Sul chassés par les migrations européennes ou encore des réfugiés de la Guerre du Contestado, achevée en 1916, des réfugiés politique ou des repris de justice. Un autre courant d’occupation est venu de l’ouest, formé d’Argentins ou de Paraguayens à la recherche de plants d’erva-mate” [...].

<sup>7</sup> SILVA, Joaquim Carvalho. *Terra Roxa de Sangue - A Guerra de Porecatu*. Londrina: Editora UEL, 1996.

<sup>8</sup>ROSA, Alessandra Dias de Souza. *A Revolta Camponesa de Trombas e Formoso e a Trajetória do Líder José Porfírio*. Monografia de graduação em História, UNEMAT, 2007. Ver CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Editora da UFGO, 1988.

<sup>9</sup> Estatuto do Trabalhador Rural lei 4914, de 2/3/1963.

<sup>10</sup> O Estatuto da Terra foi promulgado no final de 1964 pelo presidente M<sup>al</sup>. Humberto Castelo Branco.

<sup>11</sup> A Amazônia Meridional compreende a área de transição do Brasil Central no sul do estado de GO, norte de Mato Grosso, parte de Rondônia. A cobertura vegetal predominante nesta área é o cerrado e as matas de transição.

<sup>12</sup> IANNI, Octávio. *Colonização e Contra Reforma-Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979; CARDOSO e MÜLLER. *Amazônia, Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

<sup>13</sup> Fonte INCRA, DPC apud Hélio de Arruda. *Colonização no Brasil*.

<sup>14</sup> Sobre estes projetos de colonização ver GUIMARÃES NETO, Regina. *A Lenda do Ouro Verde*. Cuiabá: UNICEN Publicações, 2002. Sobre SINOP, ver Santos, Edison Antônio. *SINOP, História, imagens e relatos*. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

<sup>15</sup> Os colonos de origem italiana de alguns municípios do Rio Grande do Sul criaram a instituição do “minorato” para não dividir a terra por herança. SANTOS, José Vicente T. dos. *Os Colonos do Vinho*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

<sup>16</sup> As colônias velhas com imigrantes alemães, no Rio Grande do Sul estavam situadas nos vales dos rios dos Sinos, Jacuí e Taquari. As colônias velhas ocupadas por imigrantes italianos situavam-se nas encostas e em cima da serra: Campo dos Bugres, Garibaldi, Bento Gonçalves, Farroupilha, Carlos Barbosa.

<sup>17</sup> “Toldos” são as reservas indígenas criadas pelo Governo no Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>18</sup> “Toldos” são as reservas indígenas criadas pelo Estado do Rio Grande do Sul

<sup>19</sup> Ver MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino. História da Luta pela Reforma Agrária*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

<sup>20</sup> A pressão era feita através de visitas de agentes públicos. No acampamento da Encruzilhada Natalino a pressão mais incisiva era exercida pelo major Curió, membro do Conselho de Segurança Nacional.

<sup>21</sup> CASTRO, et alii. *A Colonização Oficial em MT: A nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EDUFMT, 2002.

<sup>22</sup> A denominação do Projeto é uma referência ao Rio Peixoto de Azevedo, que corta a região onde foi instalado o Projeto. O projeto está situado no atual município de Guarantã do Norte, MT.

<sup>23</sup> SCHWANTES, Norberto. *Uma Cruz em Terra Nova*. São Paulo, Scritta Oficina Editorial, 1989.

<sup>24</sup> Schwantes se inspirou no programa de remembramento de minifúndios que estava sendo desenvolvido na Alemanha.

<sup>25</sup> A concepção de “portão de escape” é utilizada por Turner, que considerava a migração para a “fronteira” no oeste norte americano como solução, esvaziando os problemas e tensões das colônias velhas da costa leste.

<sup>26</sup> Segundo Schwantes, o nome “31 de março” foi uma homenagem à “revolução de 31 de março”, para conseguir com mais facilidade a aprovação do projeto pelos militares que ocuparam o poder no Brasil.

<sup>27</sup> O PROTERRA financiava 80% do valor da terra, para pagar em 12 anos com juros de 7% ao ano.

<sup>28</sup> “Agrovilas” são os núcleos dos Projetos de Colonização do INCRA. Nestes núcleos se concentravam a administração do Projeto, os serviços essenciais (escola, hospital, igreja, comércio...). Na Amazônia, muitas agrovilas cresceram, tornando-se sedes de municípios.